

nentes às Secretarias de Justiça. Face a exiguidade de tempo, o Presidente encerrou a sessão. Merecendo aprovação, a presente ata será assinada pelo Presidente e por mim Secretária.

RENÉ ARIEL DOTTI
Presidente-CNPCP

LUCINDA LEMOS DOS SANTOS ROCHA
Secretária Executiva

(Of. nº 43/89)

Ministério das Relações Exteriores

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA DE 20 DE SETEMBRO DE 1988 (*)

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, de acordo com o Artigo 185, item IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos Artigos 1º e 2º do Decreto 84.455, de 31 de janeiro de 1980, resolve:

Artigo 1º - Fica criado o Consulado Honorário do Brasil em Oranjestad, Aruba, subordinado à Embaixada do Brasil em Port-of-Spain.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO ABREU SODRÉ

(*) - Republicada por ter saído com incorreção, do original, no D.O. de 22.09.88, pag. 18382, Seção I.

(Of. nº 76/89)

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 165, DE 16 DE AGOSTO DE 1989

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989, que aprovou a Medida Provisória nº 69, de 19 de julho de 1989, e o disposto no Decreto nº 97.976, de 18 de julho de 1989, RESOLVE:

1. Os produtos nacionais e estrangeiros da posição 2206.00 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 97.410, de 23 de dezembro de 1988, acondicionados em recipientes de capacidade de até 1.000 ml, para efeito de cálculo e pagamento do referido imposto, ficam enquadrados, provisoriamente, na letra "A", do Anexo II à Lei nº 7.798/89.

1.1 - Quando os referidos produtos estiverem acondicionados em recipientes de capacidade superior a 1.000 ml, pagarão o imposto segundo as regras gerais da legislação do tributo à alíquota prevista na TIPI, observada, todavia, a restrição contida no artigo 184 do Regulamento do citado imposto, aprovado pelo Decreto nº 87.981, de 23 de dezembro de 1982 (RIPI/82).

2. O item I da Portaria MF nº 352, de 24 de novembro de 1988, passa a vigorar com a seguinte redação:

"1. Os vinhos comuns ou de consumo corrente dos códigos 2204.21.0199 e 2204.29.0199, da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados, aprovada pelo Decreto nº 97.410, de 23/12/88 (TIPI), e como tais definidos no § 4º do art. 9º da Lei nº 7.678, de 03/11/88, acondicionados em vasilhames de até 1.000 ml de capacidade, são classificados na letra "A".

1.1. Os vinhos dos códigos da TIPI referidos no "caput" deste item, sejam ou não comuns ou de consumo corrente, acondicionados em vasilhames de capacidade superior a 1.000 ml, até 5.000 ml, são classificados na letra "E".

1.2. O valor do imposto atribuído à letra "E" será acrescido de uma vez a cada 5.000 ml ou fração excedente, quando os vinhos dos quais trata o subitem anterior estiverem acondicionados em recipientes de capacidade superior a 5.000 ml.

1.3. Quando os referidos produtos não tiverem autorização para venda a varejo em recipientes de capacidade superior a 5.000 ml, pagarão o imposto segundo as regras gerais da legislação do tributo, à alíquota prevista na TIPI, na saída do estabelecimento produtor".

3. Os produtos de procedência estrangeira classificados no código TIPI 2204.21.0199 (vinhos de mesa), acondicionados em recipientes de capacidade de 671 a 1.000 ml, relacionados no Anexo II à Portaria MF nº 365, de 21/12/88, passam a ter a sua classificação alterada para a letra "K" (Anexo II da Lei nº 7.798, de 10.07.89).

4. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

(Of. nº 283/89)

MAILSON FERREIRA DA NÓBREGA

SECRETARIA GERAL

Secretaria de Economia e Finanças

PROTOCOLO ICMS Nº 26, DE 16 DE AGOSTO DE 1989

Fixa a adoção do Sistema de Retenção do ICMS nas saídas interestaduais de mercadorias que um dos Estados acordantes promover com destino ao outro.

Os Estados do Tocantins e do Maranhão, neste ato representados por seus Secretários de Fazenda, infra-assinados no sentido de estabelecer normas comuns relativas à fiscalização e arrecadação de tributos estaduais,

CONSIDERANDO as disposições contidas no artigo 199 do Código Tributário Nacional, conjugadas com as do artigo 25 do Convênio ICM 66/88, resolvem celebrar o seguinte

PROTOCOLO

Cláusula primeira - Os Estados signatários comprometem-se a adotar o sistema de retenção do ICMS nas saídas interestaduais de mercadorias que um dos Estados acordantes promover com destino ao território do outro, desde que o Fisco interessado firme Termo de Acordo diretamente com o contribuinte remetente e fornecedor da mercadoria.

§ 1º - O Termo de Acordo de que trata esta cláusula deverá conter, também, a assinatura do Secretário de Fazenda do Estado em que o contribuinte eleito como substituto tributário do Termo possuir a sua inscrição cadastral.

§ 2º - O produto da arrecadação do ICMS, relativo à retenção pactuada em Termo de Acordo, deverá ser depositado pelo contribuinte eleito substituto tributário diretamente na agência bancária do estabelecimento designado pelo Estado a que pertencer a arrecadação, sem interferência do Fisco local.

Cláusula segunda - Os contribuintes que promoverem remessas interestaduais de mercadorias de um para outro Estado, para vendas ambulantes, sem destinatário certo, promoverão a retenção e o posterior recolhimento, a quem de direito, do ICMS devido nas subsequentes saídas dessas mercadorias.

Cláusula terceira - Os contribuintes signatários de Termo de Acordo farão constar no "corpo" das notas fiscais que emitirem, relativamente às operações interestaduais que realizarem com o ICMS retido, observação alusiva à retenção do imposto.

Parágrafo Único - A observação mencionada nesta cláusula poderá ser feita mediante a aposição de carimbo próprio e específico, desde que a clareza da nota fiscal não fique prejudicada.

Cláusula quarta - As Secretarias de Fazenda dos Estados acordantes se comprometem, isolada ou conjuntamente, a fiscalizar o cumprimento das condições impostas pelos Termos de Acordo que vierem a ser firmados com os contribuintes.

Cláusula quinta - O presente Protocolo terá vigência por prazo indeterminado e, no caso de sua denúncia por parte de um dos integrantes, o outro Estado deverá ser cientificado dessa medida no prazo mínimo de 90 (noventa) dias.

Cláusula sexta - Este Protocolo entrará em vigor na data de sua publicação, pela Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, no Diário Oficial da União.

MARANHÃO - PEDRO NOVAIS LIMA; TOCANTINS - RENÉ POMPEU DE PINA.
(Of. nº 296/89)

CONSELHO INTERMINISTERIAL DE PREÇOS

RETIFICAÇÃO

No anexo à Resolução CIP nº 308, de 10 de agosto de 1989, publicada no Suplemento nº 155, do D.O.U. em 15 de agosto de 1989, onde se lê:

PRODUTO/APRESENTAÇÃO	EMPRESA	PREÇO MÁXIMO AO CONSUMIDOR
BIOTÔNICO FONTOURA	360	
Sol. oral fr plast. c/300 ml		2,00
Sol. oral fr plast. c/150 ml		1,50